

RECORTES E ENQUADRAMENTOS

Um breve guia na elaboração de propostas de trabalho de conclusão de curso

Prof. Gabriel Duarte

Atualizado em 22/08/2017

"...If Theory's vocation is to produce the concepts by which architecture is related to other spheres of social practice, architecture, too, can be understood as the construction of new concepts of space and its inhabitation; which is to say that buildings and drawings can be theoretical, seeking a congruence between object and analysis, products and concepts as fully objective and material as built form itself... Theory is a practice explicitly ready to undertake its self-critique and effect its own transformation. And, like architecture itself, theory is an appetite for modifying and expanding reality, a desire to organize a new vision of a world perceived as unsatisfactory and incomplete – such will always be architecture theory's proper utopia."

Karl Michael Hays (Hays 1998, 13)

"We think before we act but learn to think through doing."

David Harvey (Harvey 1989, 3)

INTRODUÇÃO

Usualmente, considera-se que um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um projeto que deve claramente, e sem ambiguidades, definir a posição do “quase arquiteto” dentro da sua disciplina. Por esta razão, espera-se que o estudante, através de uma quantidade considerável de pesquisa, seja capaz de definir um ponto de vista em termos históricos e teóricos usando seu projeto como o meio para demonstra-lo e expandi-lo. O ritual do TCC é o primeiro passo na percepção do arquiteto dos tipos de práticas (ou métodos) que são necessárias para seu posicionamento dentro do campo da arquitetura e do urbanismo de acordo com seus próprios interesses.

Nesse contexto, este documento tem como objetivo central servir como um ponto de partida (uma alavanca, talvez) para que os estudantes possam dar início aos processos de reflexão, problematização e fundamentação necessários à realização de seus TCC. Menos aprofundado e objetivo do que um manual, mas evitando as superficialidades de uma mera coleção de conselhos, este documento compila e oferece aos estudantes uma série procedimentos de estruturação e organização das “questões arquitetônicas” (no sentido mais amplo e pluridisciplinar que este termo possa oferecer) que circundam ou podem emergir de seus interesses de trabalho.

Baseado inicialmente na experiência de ensino do autor, este documento também se estrutura, principalmente, sobre duas obras: a recente republicação do guia clássico de Umberto Eco *“How to Write a Thesis”* (Eco 2015); e o artigo *“How to do a Thesis: Practice Models as Instigators for Academic Theses”*, de Sergio Lopez-Piñero (Lopez-Piñero 2010, 800-805). É importante notar que o termo em inglês *thesis* usado nos títulos dessas obras é entendido como análogo aos conceitos de TCC colocados neste texto (e não de uma “tese” de pós-graduação, doutorado neste caso, como logo projeta-se em português) e deriva, no caso específico do artigo de Lopez-Piñero, do conceito de *thesis project* (termo completo que designa a totalidade de um TCC em inglês).

1. ARMAÇÃO E PRECEDENTES

Indo de encontro à noção tacitamente aceita entre os estudantes de arquitetura de que as partes de fundamentação de seus TCC nada mais são do que simples requerimentos burocráticos, este documento esclarece como um projeto de conclusão deve expandir essa noção, tendo sempre como pré-requisito fundamental a formulação de uma proposta de pesquisa e projeto concisa, criteriosa e, acima de tudo, relevante. E é precisamente nesta última qualidade que este texto concentra a maior parte de seus esforços. Infelizmente, muitos projetos finais são concluídos de maneira pífia, tendo evoluído a partir de matrizes teórico-conceituais incoerentes e que não se propõem a desafiar, nem a criticar, o *status quo* da arquitetura e do urbanismo atuais, e de suas disciplinas aliadas. Este problema se dá, notadamente, a partir de incongruências e inadequações que permanecem desde a etapa de fundamentação do projeto. Ou seja, de propostas de projetos que falharam em construir um pano de fundo adequado à formulação de questões e desafios que deveriam ter sido, então, abordados pelo trabalho final (importante notar que a palavra “projeto” não foi usada aqui).

No entanto, a construção das relações entre a formulação das propostas de trabalhos e seu desenvolvimento não deve configurar um sistema direto de perguntas e respostas. O trabalho final não é uma simples reação a um problema proposto, mas sim, parte de um conjunto complexo de reflexões que derivam da integração entre da pesquisa, análise e, eventualmente, do projeto. É obrigação dos estudantes fazerem a integração consciente e eficiente destes três elementos a fim de tornar seus trabalhos instigadores de debates e reflexões. Nesta etapa conclusiva de suas vidas acadêmicas, o trabalho final se coloca como o teste decisivo da capacidade de síntese e de pensamento crítico, próprios do arquiteto e urbanista.

A educação do arquiteto e urbanista, geralmente, segue uma estrutura que permite que os estudantes se confrontem com uma progressão de diferentes níveis de complexidade tanto em projetos quanto em trabalhos de outras naturezas. Estas diferenças em complexidade podem ser de caráter funcional (como escala, programa ou sítio) ou teórico-conceitual. É comum – e faz parte do Projeto Pedagógico do CAU PUC-Rio – que os estudantes de arquitetura se submetam sequencialmente a séries de exercícios, onde diferentes operações relacionadas a assuntos arquitetônicos específicos são abordadas. Estes incluem: técnicas de produção e representação espacial, experimentações geométricas, análises urbanas, variações de escala, materiais, entre muitos outros. No entanto, o objetivo mais fundamental dessa sucessão de exercícios é revelar aos estudantes que o arquiteto e urbanista somente consegue implementar uma decisão através de uma operação (ou ação). Ou seja, reforçar que a arquitetura se trata de uma disciplina calcada pela “prática”, termo que também deve ser entendido aqui em sentido mais amplo e não apenas projetual (Lopez-Piñeiro 2010).

Nesse modelo pedagógico, o TCC – como trabalho essencialmente crítico – torna-se o momento em que o estudante deve compilar o conhecimento adquirido ao longo de sua educação e indicar como planeja usa-lo. A partir da exposição e entendimento de diferentes questões históricas e teóricas, os estudantes devem definir (declarar) sua posição, o que se faz usualmente em relação a de outros arquitetos, acadêmicos em geral, entre outros. Desta forma, um TCC deve necessariamente demonstrar o conhecimento (e reconhecimento) de posições disciplinares mais amplas do que as individuais de cada estudante.

2. PROPOSTA

Boas propostas de trabalho – salvo raras exceções – têm sua estrutura inicial dividida em três partes distintas que servirão como “guias” na elaboração do texto final, sendo elas: título, tema e a definição do problema. Uma proposta de trabalho final contém estes pontos sem, contudo, estar limitada a eles. Estes pontos servem somente como referências iniciais e não devem ser aceites como fórmulas soberanas para propostas bem-sucedidas, nem como roteiros para a elaboração integral destas. Uma proposta completa e interessante consegue (e tem que) ir muito além desta configuração.

2.1. Título

Este pode ser inicialmente algo provisório, mas nunca banal. A natureza do título é, simplesmente, a de introduzir a temática geral do projeto a pessoas pouco ou nada familiarizadas com eles. Ele pode ter desde um tom de desafio ou até mesmo ser ambíguo. A característica principal do título deve ser sempre a de gerar curiosidade e anseio das pessoas – principalmente dos membros da banca de avaliação – em conhecer e questionar o projeto. O título deve sempre chamar a atenção para o ponto (ou conjunto destes) principal dos trabalhos. Se um trabalho apresenta problemas em atrair a atenção de seus avaliadores no primeiro instante em que se expõe a eles, as chances de falha são quase irreversíveis.

2.2. Tema

Neste item deve-se sempre pensar em, no mínimo, dois a três pontos que funcionam como um “croqui” teórico-conceitual do trabalho. Cada um destes pontos deve comunicar a disposição geral, mas não explicar (ainda) especificamente aquilo que o projeto pretende engajar, resolver ou colocar em evidência. O tema não precisa estar necessariamente alinhado com apenas um campo do conhecimento arquitetônico. Ele pode também ser composto pela correta justaposição e embate de diferentes linhas de pensamento, desde que se construam argumentos coerentes.

O TCC deseja com isso incentivar uma ampla gama de inquéritos (questionamentos) rigorosos e provocativos. Não é possível (nem desejável) formular conclusivamente os tópicos ou métodos aceitáveis que um TCC possa envolver, mas a seguinte lista de possibilidades pode ser considerada como uma ilustração útil das propostas que podem ser perseguidas (dentre infinitas outras). A lista de exemplos abaixo não deve, de modo algum, ser considerada exaustiva. Destina-se apenas a fornecer exemplos e, além disso, demonstrar como as categorias de avaliação poderão se relacionar com tópicos específicos. Alguns dos exemplos podem resultar em um TCC que, por exemplo, seja apresentada em um formato diferente de um projeto dito convencional:

Sugestões, fictícias, de possíveis recortes temáticos de um TCC:

(A) projeto de três edifícios de programas similares em três locais significativamente diferentes.

(B) projeto que investiga o corpo como uma metáfora e padrão fenomenológico para o projeto de um edifício.

(C) desenvolvimento de um novo tipo para um aeroporto, que considera os múltiplos modos de transporte envolvidos na experiência de um aeroporto e suas implicações arquitetônicas.

(D) formulação, através de projeções de zoneamento e planejamento, de desenvolvimentos arquitetônicos típicos em uma área urbana ou suburbana.

(E) projeto teórico e técnico de um sistema estrutural ou de construção avançado, incluindo a projeção de processos específicos de material e construção.

(F) desenvolvimento de um *software* original de computador para suportar tarefas de projeto.

(G) desenvolvimento de novos processos de fabricação prototípica.

(H) desenvolvimento de técnicas nas plataformas de *software* existentes para realizar tarefas arquitetônicas definidas.

(I) adaptação experimental de uma tecnologia existente para melhorar o desempenho ambiental de componentes ou tipos arquitetônicos típicos.

(J) projeto que elabora um espaço social incorporando tecnologias de mídia e eletrônicas atuais e futuras.

(K) projeto que propõe uma adição a um objeto arquitetônico existente notável.

(L) projeto de habitação projetado para maximizar aspectos do desempenho econômico.

(M) especulação teórica, realizada através do pensamento arquitetônico, sobre a mudança dos potenciais estéticos tornados possíveis pelas tecnologias digitais.

(N) interpretação de um objeto arquitetônico histórico ou condição urbana que propõe novas técnicas para questões arquitetônicas.

(O) crítica de uma condição cultural predominante realizada através da manipulação das consequências arquitetônicas dessa condição.

2.3. Definição do Problema

A definição do problema é, em termos gerais, a soma dos pontos/assuntos formulados pelo modo como a sua pesquisa (conhecimento), análise (achados/testes) e projeto (teórico e prático). Ele é descrito como uma “declaração” que explica as questões primárias relativas aos problemas/desafios que foram propostos. Entretanto, a palavra “problema” pode gerar algumas confusões.

Ao se utilizar esta palavra não se deve subentender uma dificuldade, um dilema, uma crise, etc. Em outras palavras, não existe um problema, *per se*, em busca de respostas, nem uma situação que necessite correção. A definição do problema explica a natureza da problemática (*problématique*), que é uma noção comumente considerada em discursos teóricos ou filosóficos que engloba séries de questionamentos (retóricos ou não) que são desafiados teoricamente e, no caso da arquitetura, também empiricamente. Este termo lida com o conjunto de idéias e desafios que constituem o questionamento próprio da concepção arquitetônica e urbanística, onde as hipóteses são construídas e testadas incessantemente, até que se atinja o ponto de coerência desejado.

O recorte da problemática, que é seguido de uma “declaração do problema”, serve para definir uma situação e mostrar a direção da ação. A problemática surge para focar a atenção tanto do estudante quanto de seus professores. É importante lembrar que é necessário atrair a atenção do “leitor” (os professores avaliando o trabalho, neste caso) e explicar por que o problema em questão é relevante. Enquanto se deseja trabalhar em um plano espacial e conceitual mais abrangente, há aspectos específicos de uma situação que se deve abordar (um ou dois, na maior parte dos casos). Não se pode resolver tudo!

Uma boa maneira de dar início à problematização é introduzir um assunto (ou um lugar) “factualmente”, ou seja, descrevendo suas principais características sob uma luz neutra ou positiva, e então introduza uma contradição usando a palavra “no entanto”. Por exemplo: “A cidade de São Paulo é uma das mais prósperas da América do Sul. É o lar de um X número de pessoas, um X número de indústrias, tantos museus, tantas universidades, no entanto, produz muito mais lixo do que é capaz de reciclar. Isso resulta em materiais descartados e poluição excessivos. (Este é apenas um exemplo, não se trata de uma sentença real).

Outra estratégia é situar o problema a partir de perguntas que se iniciam com: O que, Quem, Onde, Quando e Como (em inglês esta técnica é conhecida como 5W, onde temos *What, Who, Where, When e Why*.):

- Qual é o problema? Como você pode descrevê-lo melhor?

- Quais são os limites da questão? (organizacional, geográfica, tecnológica, etc.)

- Qual o impacto do problema? Qual o impacto que causa a questão?

- O que acontecerá quando for corrigido? O que aconteceria se não resolvêssemos o problema ou abordássemos o problema?

- Qual impacto ele tem em todas as partes interessadas, (funcionários, fornecedores, clientes, interessados, etc.)

- Quais são os impactos espaciais (visíveis) do problema?
- Quem afeta o problema? (grupos específicos, organizações, partes da cidade, etc.)
- Onde a questão está ocorrendo? (somente em determinados locais, processos, produtos, etc.)
- Quando ocorre o problema? Quando é necessário corrigir?
- Por que é importante corrigir o problema ou resolver o problema (ou aproveitar a oportunidade)? - Qual impacto tem nos grupos descritos (cidadãos, interessados, etc.)?

Essa rotina de perguntas serão valiosas para se evitar a pergunta: - “E daí?”, que assombra acadêmicos em geral, uma vez que coloca em cheque a relevância (pertinência) de qualquer trabalho. É fundamental estabelecer de forma clara a relevância do TCC e um pequeno truque para isso é simplesmente adicionar a processos de elaboração da declaração do problema explicações de “por que isto é relevante”, entendendo também que essa pode ser uma oportunidade, um desafio, ou mesmo um problema real que precisa ser corrigido.

3. METODOLOGIA & PESQUISA

Cada arquiteto (ou estudantes de arquitetura) tem meios específicos e individuais de trabalhar em cima de uma tarefa de projeto. Intuição, por exemplo, pode ser uma capacidade com um papel muito importante e significativo no processo. É absolutamente possível, em certos casos, que se comece a partir de exercícios de projeto, do objeto, antes de se engajar diretamente com atividades de pesquisa. Neste caso, são os desafios de projeto que irão delinear os caminhos da pesquisa. Investigações através do projeto podem correr paralelas ou anteceder a pesquisa do programa, como é normalmente feito. Projetar, pensar a partir do processo de projeto/design é extremamente relevante e encorajado.

Os métodos de pesquisa devem definir os meios pelos quais o trabalho final irá construir a problemática do projeto. Esta construção se dá através de diferentes tipos de pesquisa, como (mas não limitada a esta lista): pesquisa teórica – lidando fundamentalmente com a literatura recomendada pelo orientador ou proposta pelo aluno; pesquisa empírica – análise de dados, estatísticas, cartográficas, etc.; pesquisa de projeto – estudos de caso, análises urbanas, precedentes relevantes, etc.

Neste processo é sempre necessário que se limite de maneira consciente o escopo da pesquisa através de parâmetros que possam ser claramente definidos e entendidos. Esta parte do trabalho é mais difícil do que parece. Isto se dá porque, a partir do grande emaranhado teórico-conceitual em que os trabalhos finais de graduação se inserem, deve-se fazer emergir uma “estrutura narrativa” muito clara, onde cada parâmetro possa ser identificado com clareza, tanto pelos avaliadores do trabalho quanto pelos alunos. Por exemplo, é necessário que se diferencie categorias como: o quantitativo do qualitativo, estruturas de significação denotativas das conotativas e métodos raciocínio dedutivos dos indutivos. De forma resumida, a boa definição de parâmetros de pesquisa vai determinar quais são as linhas relevantes e irrelevantes de questionamento que comporão a proposta de trabalho. Entretanto, qualquer estrutura de parâmetros construída ao longo do trabalho não deve ser tida como um elemento rígido do processo. Ao longo do trabalho, estes parâmetros poderão especificamente alterados ou deixados de lado.

A lista abaixo identifica os domínios de pesquisa que são mais constantemente encontrados em propostas de trabalhos finais. Aliadas a cada um destes domínios estão perguntas que os estudantes devem considerar desde os primeiros momentos da estruturação de suas idéias. Certamente, esta lista deverá ser ampliada e revista caso a caso pelos alunos e seus orientadores, que deverão configurar o enquadramento mais adequado aos temas sendo trabalhados.

3.1. Aspectos Econômicos

Qual é a escala de pesquisa e do projeto? Global? / Regional? / Local? etc. Além de estarem conscientes da escala de alcance econômico de seu trabalho, os alunos devem também considerar demandas, limites, interesses e impactos econômicos de seus projetos.

3.2. Aspectos Sociológicos

A quem, exatamente, os trabalhos procuram se dirigir? Que condições e preocupações podem ser identificadas durante as etapas de análise e pesquisa? Onde / Em que pontos um projeto pode, efetivamente, engajar as preocupações definidas por sua problemática?

3.3. Aspectos Culturais

Qual é a práxis/costume do contexto em que o projeto se insere? Eles são tradicionais (passados sem alteração de geração a geração) ou emergentes (híbridos, derivando de transformações de atitudes e credos)?

Tenha sempre em mente a diferença entre os domínios social e cultural, onde:

Questões culturais advêm de uma identificação da natureza do próprio (indivíduo) e do grupo baseada em imagem e arte (ou artesanato, *craft*). Cultura é produzida, executada e evidencia os valores e normas de uma sociedade ou grupo específico. Arquitetura, artes visuais, música, etc. são todos exemplos de produções culturais;

Questões sociológicas advêm de uma identificação da natureza do próprio (indivíduo) e do grupo baseada em costumes e comportamentos. Sociedades organizam normas e valores através dos quais os indivíduos agem dentro de um grupo. Leis (tácitas ou não), regras de conduta e acordos éticos são exemplos de estruturas sociais.

3.4. Aspectos Físicos

O escopo físico/material da pesquisa deve se voltar à definição dos níveis/escalas de alcance, influência e interesse dos projetos: urbano, arquitetônico, regional, local, interior, limite, etc. Deve-se sempre questionar o escopo e os limites de cada projeto de modo a situá-los corretamente em suas áreas.

3.5. Pressuposições de Projeto

Ao longo dos processos de projeto e pesquisa, é necessário que se façam certas pressuposições. Estas podem estar baseadas em desenvolvimentos preliminares de projeto ou em observações intuitivas. Elas são formuladas como “dados” do trabalho que se inserem nos escopos da pesquisa, análise e do projeto.

A pressuposição não é, no entanto, um substituto do desenvolvimento de conclusões coerentes e rigidamente fundamentadas. Sendo “performativas”, as pressuposições de projeto devem se colocar como uma condição ativa, estando inserida nos argumentos de pesquisa para que se estabilizem questões aparentemente abertas de maneira que certo argumento possa ser testado, provado ou invalidado.

3.6. Pesquisa Projetual e Conceitual

Neste ponto deve-se elaborar uma declaração de intenções que delinea a abordagem a ser utilizada na tarefa projetual a ser cumprida. Esta abordagem definirá e lidará com as diferentes relações/pontes entre a pesquisa teórica e a atividade projetual, evidenciando uma progressão fundamentada do trabalho.

O conceito – termo tomado da filosofia – deve ser considerado como um “modelo de pensamento” para o projeto. Ele descreve o meio, o *modus operandi*, do trabalho. É o conceito que diz quais são as características fundamentais do projeto que irão operar visando alcançar os objetivos propostos. Neste momento importa mais o “como” do que o “de que vai ser feito” ou “de que tamanho algo é”. O conceito

pode ser metafórico ou metodológico e deve ser entendido como um princípio que guiará o processo projetual. Contudo, a definição conceitual dos projetos pode não acontecer imediatamente no início do processo de pesquisa. Em alguns casos ele derivará dos achados da pesquisa, enquanto em outros ele se colocará desde o início como um “equipamento” de controle e ordenamento.

3.7. Programa

O programa é um componente necessário, através do qual os objetivos do trabalho serão testados. Entretanto, é um erro comum considerar o programa como um parâmetro final e decisivo dos trabalhos. Ao longo do processo de pesquisa, o programa mudará e transformará a si mesmo e o processo projetual por inteiro.

4. REDAÇÃO

4.1. Iniciando Textos de Fundamentação

Em meio ao processo de fundamentação do TCC, inevitavelmente, o estudante será confrontado com a necessidade do registro escrito do que está desenvolvendo. Além da clara necessidade de se manter um cadastro de como a estrutura do trabalho vem se desenvolvendo, o texto de fundamentação é importante também no monitoramento e aprimoramento deste por parte do estudante. Escrever não é apenas um comentário sobre o que foi feito, é parte do próprio “fazer”. (Spector & Damron 2013). É necessário que haja fluidez entre os componentes gráficos, orais e escritos de um TCC. O *checklist* abaixo foi concebido para auxiliar no início da construção dos textos e na sua estruturação retórica e argumentativa geral. Entretanto, estas sugestões permanecem em um âmbito mais genérico, pois entende que cada TCC representa um conjunto de ideias únicas, cujas articulações próprias são decididas caso-a-caso entre os estudantes e seus orientadores.

i. Desenvolvimento da hipótese de trabalho (pesquisa) – a partir de fontes primárias e secundárias de pesquisa, redigir uma declaração de pesquisa que expressa uma alegação defensável (que pode ser usada já como declaração de interesse), ou seja, que possa ser demonstrada claramente pelos estudantes através do próprio TCC e da articulação entre texto, peças gráficas e dados diversos. Esta hipótese pode ser composta por duas ou mais sentenças, onde a inicial introduz uma questão, enquanto as demais oferecem aproximações mais específicas. Insira uma declaração explicitando os interesses e objetivos do trabalho no fim desta parte (esclarecimento do recorte tanto para si próprio, quanto para os professores e orientadores);

ii. Articulação texto x peças gráficas – trabalhar e complementar o conteúdo iconográfico produzido como pesquisa. Usar esse material na confecção de material gráfico complementar capaz de ilustrar/elucidar os pontos que estão sendo levantados no trabalho. Indicar fonte e autoria no caso do uso de material produzido por terceiros;

iii. Disponibilização de informações sobre projetos de referência e seus contextos (quando for o caso) – incluir no trabalho informações sobre os projetos de referência e seus contextos mais amplos que auxiliarão o leitor. Cuidar para que este conteúdo seja objetivo e esclareça pontos pertinentes ao trabalho (o que importa dos precedentes ao trabalho), evitando redundâncias ou a inclusão de conteúdo que não suporte diretamente a hipótese;

iv. Articulação e organização de parágrafos e seções – usar a estrutura de parágrafos do texto para separar diferentes aspectos da pesquisa. Evitar condensar em um único parágrafo dois assuntos distintos. A sucessão de assuntos ao longo dos parágrafos e seções deve indicar/contribuir para desafiar e, eventualmente, comprovar a hipótese inicial. Use exemplos concretos e citações para construir argumentos objetivos;

v. Conclusão – enfatizar nos parágrafos de conclusão aquilo que foi analisado resumindo e revisando as ideias principais do trabalho. Explicar como temas específicos se aplicam a outros mais amplos ligados aos debates e aulas realizados ao longo da disciplina. Provocar o leitor a reagir ou buscar se aprofundar no tema do ensaio;

vi. Revisão final – aguardar um ou dois dias após a conclusão do texto para fazer uma revisão estrutural, preparando-se para, caso necessário, realizar mudanças, ajustes ou produzir material novo. Fique atento às seguintes perguntas que auxiliarão na revisão: Qual foi o tema/ideia principal da pesquisa? / Como estes poderiam tornar-se mais claros? / O objetivo da pesquisa foi atingido? / Quão fortes foram as evidências fornecidas? / Como elas foram apresentadas e como poderia fortalecê-las? / Todas as seções do trabalho se relacionam com a hipótese? / Existe alguma forma de se aprimorar essas ligações? / Você identificou algo confuso na linguagem ou na estrutura do ensaio? / Como você pode lidar com eventuais argumentos de oposição ao ensaio?

4.2. Verdades Absolutas

Todos devem tomar muito cuidado com os tons excessivamente imperativos que são impostos às propostas de trabalho. Certas reivindicações que muitos trabalhos fazem como sendo detentores da “verdade” sobre o tema com o qual estão lidando podem ser muito danosas, pois se colocam como respostas finais de problemas (problemáticas) mal definidas. De um modo geral, o problema está em conceitos que são usados e citados sem que tenham sido cuidadosamente estudados e fundamentados no trabalho. As palavras que representam conceitos – teóricos ou práticos – não são simplesmente palavras que podem ser usadas indiscriminadamente. Elas estão carregadas de idéias que já foram historicamente discutidas e que precisam ser bem compreendidas para que os trabalhos não “tropecem” ao fazer referências a conceitos que sejam irrelevantes ao discurso geral ou, até mesmo, à idéia fundamental do trabalho.

Um bom exemplo disto é o conceito de “espaço público”. Por que será que todo arquiteto usa este termo para se referir a qualquer espaço grande o suficiente para abrigar um grupo de pessoas que esteja localizado fora do “lar”? Não se deve assumir que o conceito de “espaço público” é entendido da mesma forma por diferentes pessoas em diferentes condições sócio-culturais. É necessário que questões como: O que é exatamente espaço público? / Público para quem? / Ele é feito público através de que? Legislação? Uso? Acordos tácitos? / Ele é público apenas pelo mero fato de que alguém pode adentrá-lo sem pedir permissão?

4.3. Problemas? Para quem?

Muitos trabalhos começam com uma afirmação como: “O problema é...”

Antes que se definam “problemas”, deve-se questionar o “como” fazê-lo. Como se define algo como um problema? Para quem certa situação é um problema? Sob quais condições há um problema a ser resolvido? Deve-se haver uma preocupação com a identificação do que são conflitos e divergências. Estes problemas têm reflexos espaciais? Existem potenciais escondidos dentro do “problema”? Como explorá-las?

4.4. Interesses e Motivações Pessoais

Você é um músico e sempre quis projetar uma sala de concertos durante o curso. Você é altamente engajado em atividades relacionadas às artes cênicas e, por isso, decidiu fazer um complexo teatral como trabalho final.

Situações como as anteriores não são nada incomuns em meio aos trabalhos finais de graduação. Projetos que são derivados de interesses pessoais, talvez pouco ou indiretamente relacionadas à arquitetura e ao urbanismo, podem resultar em trabalhos riquíssimos, pois contribuem para dar uma motivação adicional ao aluno. Contudo, não se deve: produzir análises que, misteriosamente, anunciam a necessidade de certo programa para determinada área como forma de resolver uma série de problemas sócio-econômicos do local; produzir e mostrar dados e informações sem sentido para confundir professores e colegas de modo que eles não vejam a verdade – que você tem um interesse pessoal que mereça um ano de seu esforço e que seu trabalho não emergiu milagrosamente de observações e análises em um determinado sítio, etc.

5. CITAÇÕES, BIBLIOGRAFIA & PLÁGIO

Este item final, mas não menos importante do que os anteriores, diz respeito a como os alunos fazem referência às suas fontes de pesquisa de maneira correta e ordenada. É extremamente importante que os alunos indiquem de forma precisa os meios que utilizaram para construir e desenvolver os fundamentos de seus projetos. Seja através de embates entre teorias de autores conflitantes, ou se utilizando de autores cujos trabalhos se complementam, é necessário que a origem destas idéias possa ser facilmente identificada. Desta maneira, os avaliadores têm a capacidade de avaliar quão complexa – ou superficial – foi a interpretação ou transposição de idéias em um trabalho.

Por conta disso, mesmo quando não se reproduzem trechos de textos, idéias, conceitos e teorias devem ser referenciados. Estas referências devem ser feitas a partir da ligação de componentes do texto com a bibliografia do trabalho, que tem que estar sempre presente. A formatação destas referências deve ser feita de acordo com as normas da PUC-Rio, que serão explicadas e exemplificadas ao longo dos tutoriais com os professores.

Finalmente, todo trecho de texto que não tiver sua fonte corretamente indicada – acidentalmente ou propositalmente – será considerado como plágio. O plágio acontece quando alguém se utiliza de idéias alheias como se fossem delas mesmas, sem fazer as referências devidas, e é um considerado como uma atitude anti-ética que, quando descoberta, é punida severamente.

REFERÊNCIAS

Booth, Wayne C. 2016. *The Craft of Research. Fourth edition*. Chicago Guides to Writing, Editing, and Publishing. Chicago: The University of Chicago Press;

Eco, Umberto. 2015. *How to Write a Thesis*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press;

Harvey, David. 1989. *The Urban Experience*. Baltimore: Johns Hopkins University Press;

Hays, K. Michael. 1998. *Architecture Theory since 1968*. Cambridge, MA: The MIT Press;

Lopez-Piñeiro, Sergio. 2010. "How to do a Thesis: Practice Models as Instigators for Academic Theses." In *98th ACSA Annual Meeting Proceedings: Rebuilding*, New Orleans, March 4-7, 2010, 800-805, Washington-DC: Association of Collegiate Schools of Architecture;

Spector, Tom, and Rebecca Damron. 2013. *How Architects Write*. Routledge;

Tschumi, Bernard. "Concepto, Contexto, Contenido / Concept, Context, Content. *Arquine Revista Internacional de Arquitectura y Diseño*, n.34, 2005. Arquine.